



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ASSOCIAÇÃO DE COSTUREIRAS E ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS: TRANSFORMANDO A ARTE HEREDITÁRIA EM FONTE DE RENDA

Díjna Andrade Torres

Aluna do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe

dijnatorres@gmail.com

Introdução

Ao longo dos anos, muito se modificou em relação à história e ao papel da mulher enquanto ser subserviente da figura masculina. As diferenças entre homens e mulheres eram reforçadas, comprovadamente, pelas diferenças culturais e não biológicas que eram apresentadas em cada sociedade.

Com a constante luta pelos seus direitos, as mulheres foram ganhando o espaço que sempre lhes pertenceu, porém foi negado por determinações de papéis sociais impostos por sociedades cuja representação maior de poder era constituída por homens. De acordo com Pedro (2005), foi a partir do surgimento das chamadas ondas do feminismo, que a palavra gênero passou a ser usada, e principalmente, seu uso comprovou que a questão central que norteia a relação entre homens e mulheres é a relação baseada no poder de um sobre o outro, neste caso, do poder do homem sobre a mulher.

Atualmente, a mulher tem ocupado os diversos espaços oferecidos pelo mercado de trabalho que vai além das tarefas domésticas e predeterminadas pela sociedade que é a de cuidar da família e da casa. Cada vez mais, as mulheres ocupam esses espaços, dividem tarefas e, muitas vezes, invertem os papéis com seus maridos e companheiros.

Apesar de essa realidade ser mais comum nas metrópoles ou cidades mais desenvolvidas economicamente, o município de Laranjeiras, localizado a 29 km da capital sergipana, Aracaju, apresenta um forte potencial econômico através dos diversos exemplos de patrimônio material e imaterial, que, se devidamente explorados pelos seus componentes, pode melhorar a sustentabilidade de diversas famílias que já trabalham com esse patrimônio, mas não sabem como gerir ou fazer gerar renda a partir daquelas atividades que eles sabem e podem potencializar.



Dentro deste universo de grupos que vivem da arte ou pretendem viver dela, habitam mulheres que saíram dos seus espaços domésticos para fundar uma associação de costureiras e artesãs como forma de produzir e aumentar a renda familiar por meio dos trabalhos que aprenderam com suas mães e avós para preparar enxovais para suas casas, mas que agora servem como fonte de renda de diversas famílias deste município.

A Associação de Costureiras e Artesãs do município de Laranjeiras (ACA) localiza-se no povoado de Pedra Branca e foi fundada a partir da antiga associação de moradores do local, com o intuito de gerar renda para as famílias das mulheres que se juntaram para levar a ideia adiante. Dessa forma, a condição de vida dessas mulheres melhorou significativamente não só no quesito financeiro, como também a elevação da autoestima destas trabalhadoras que agora gerenciam, pesquisam, apresentam projetos e captam recursos para uma associação com porte de pequena empresa.

Para observar as mudanças nas vidas dessas mulheres a partir da criação da associação, foram feitas entrevistas com a presidenta da ACA, Irene dos Santos, além da observação participante das atividades diárias do grupo, com o objetivo de analisar de que forma a inserção da mulher no mercado de trabalho de um pequeno município pode contribuir para melhorar as relações familiares, e quais os conflitos que surgem ao longo desta trajetória.

A análise dessas mudanças e o estudo do gênero e as relações de trabalho requerem o resgate de autores que trabalham com a relação de gênero, especialmente no que diz respeito às mulheres e às suas posições no mercado de trabalho. Para isso, recorreu-se a Scott (1995); Pedro (2005), Bourdieu (1998); Mead (1988); Foucault (1997); Nader (2006), entre outros autores cujos trabalhos apresentam relevantes considerações que contribuem para o presente estudo.

Breve discussão sobre Gênero e relações de poder

Entre os estudos sobre o gênero e sua definição mais abrangente, Pedro (2005) afirma em sua obra que o gênero é o que define a diferença entre os sexos e não a sua característica biológica. Dentro do panorama histórico de estudos sobre esta categoria de classificação, a palavra gênero passou a ser utilizada como um tipo de identidade, e para explicar a subordinação da mulher. De acordo com a autora, foi a partir dos anos 60 que o gênero foi criado como categoria de análise.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Esta premissa de Pedro (2005) faz relação com o trabalho de Scott (1995), que discute o gênero como categoria de análise a partir da premissa histórica, afirmando que o gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. A autora desenvolve questões acerca da problematização do uso do gênero de forma mais simples, afirmando que as questões acerca do uso desta categoria perpassam a questão da atribuição desta categoria ao sexo, e sugere a redefinição e reestruturação do gênero como uma categoria que deve abranger não só o sexo, como também a classe e a raça a partir de uma visão que busca a igualdade política e social.

Neste sentido, o uso da palavra gênero não deve ser atribuído somente ao sexo, uma vez que as relações de gênero perpassam essa atribuição biológica das diferenças entre homens e mulheres. A questão do gênero está atrelada às relações de poder, instituídas culturalmente a partir de fatores biológicos, mas não determinados somente por estes.

A dominação do masculino sobre o feminino é explicada pela obra de Pierre Bourdieu (1998) como fato presente no processo evolutivo histórico do ser humano. Para Bourdieu, a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, que só pode ser percebida e compreendida se estivermos atentos aos efeitos que a ordem social exerce sobre essas pessoas.

Além disso, o autor acrescenta que é através da construção social das relações que é determinado à mulher, papel este que é definido segundo os interesses masculinos, e que desenvolve a denominada violência simbólica como um ato sutil, que oculta as relações de poder que compõem toda a estrutura social.

Ainda no contexto da obra “A dominação Masculina” Bourdieu, discorre sobre a utilização das trocas simbólicas nas relações:

É na lógica da economia das trocas simbólicas – e, mais, precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens -, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais. O tabu do incesto, em que Lévi-Strauss vê o ato fundador da sociedade, na medida em que implica o imperativo de troca compreendido como igual comunicação entre os homens, é correlativo da instituição da violência pela qual as mulheres são negadas como sujeitos da troca e da aliança que se



instauram através delas, mas reduzindo-as à condição de objetos, ou melhor, de instrumentos simbólicos da política masculina: destinadas a circular como signos fiduciários e a instituir assim relações entre os homens, elas ficam reduzidas à condição de instrumentos de produção ou de reprodução do capital simbólico e social. (BOURDIEU, 1998, p.56)

Historicamente, a mulher tem o papel de submissão, seja na esfera familiar ou política, através das relações de poder culturalmente preestabelecidas. De acordo com Rabay (2001), as relações de gênero são relações articuladas com outras relações de poder, ou seja, essas relações não podem ser definidas em um modelo padronizado da ordem patriarcal, da mesma forma que essas relações, em seus diferentes níveis e contextos, podem também ser contestadas.

O poder patriarcal, embora onipresente, é contraditório e permite múltiplas formas de confrontação, diretas e indiretas formas estas, também contraditórias. Assim, os caminhos que as mulheres traçam para superar os limites da ordem patriarcal são diversos e, ao mesmo tempo, peculiares o que significa dizer que suas múltiplas experiências e estratégias de empoderamento e exercício do poder não podem ser enquadradas em qualquer modelo pré-concebido. (RABAY, 2001, p.142)

Ainda sobre as relações de poder, Foucault (1997) afirma que onde há poder, há resistência, e esta “nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Em se tratando de gênero, família e trabalho, Foucault analisa historicamente os diferentes períodos de constituição das relações de poder dentro da esfera de trabalho, e conseqüentemente levada à esfera familiar. Ele divide a história em dois momentos, o primeiro corresponde à necessidade da constituição da força de trabalho como forma de subsistência, momento este que determina as tarefas domésticas para a mulher, subentendendo-se que a mulher é um ser que detém menos força física e deve gerar os filhos, e o segundo momento que corresponde ao que o autor denomina de capitalismo tardio, em que a força física não mais determina as posições de trabalho, e que já não há mais a limitação e supressão do sexo dentro desta esfera.

Partindo da análise do gênero e sexo de maneira generalizada, a partir da definição de padrões de comportamento para homens e mulheres, Mead (1988) sugere que a única solução para o problema da definição e estipulação de papéis sociais seria reconhecer a individualidade que ocorre nos dois sexos, ou seja, não se pode determinar funções específicas para cada sexo, pois é o indivíduo que pode desenvolver a habilidade específica que não deve ser predeterminada a partir do sexo.



Essa questão de predeterminação de funções a partir do sexo é claramente objetiva em povoados sergipanos, a exemplo de Pedra Branca, que de acordo com as mulheres que compõem a Associação pesquisada foram criadas para o serviço doméstico, a maioria delas, inclusive, estão trabalhando pela primeira vez por causa da Associação. Esse dado demonstra que apesar das tantas discussões e proposições acerca da distribuição sociais de papéis e do patriarcado como forma de opressão e repressão das diversas padronizações que deveria ser opções e não determinações, em determinados locais, a força física ainda determina o provedor familiar.

Entendendo masculinidade como vigor, energia, força, eficácia, determinação, avanço, dureza, poder, os homens, na realidade, sempre tiveram a responsabilidade de manter-se dentro da autoridade subjetiva para eles e objetiva para aqueles que estão ao seu redor. A compreensão de comportamento que sempre consideram ‘naturalmente’ masculinos são a convicção e a legitimidade de sua personalidade dominadora e autoritária. Essa forma de entendimento se revela bem claro na fala de alguns homens pesquisados quando definem que “a natureza criou o homem com uma estrutura mais rígida”, “mais racional e capaz de resolver todos os problemas”, pois entendem que o homem “foi feito para governar sua casa e tudo aquilo que conquistou”. Isso mostra o grau de convicção de que a masculinidade, para muitos homens, ainda hoje demarca sua posição na sociedade como os seres mais poderosos da humanidade (NADER, 2006, p.123-124)

A presidenta da Associação de Costureiras e Artesãs do município de Laranjeiras (ACA), Irene Santos de Jesus, afirma que os maridos das costureiras realizam ofícios que necessitam de força física, como trabalhar na roça e nas obras de construção, e as mulheres detinham o papel de realizar as tarefas domésticas, ou, trabalhar com ofícios denominados por eles, como mais leves, a exemplo do ofício de costureira.

Essas mulheres que compõem a ACA viram no ofício de artesã a oportunidade de melhorar a condição familiar através de um dote que lhes foi determinado através de suas genitoras, mas que é útil para ajudar em casa. Retomando Foucault (1997), que afirma que o capitalismo tardio traz novas condições de trabalho e necessidades a serem supridas, apesar de haver uma resistência interna por conta de uma cultura patriarcal pré-estabelecida, as necessidades sociais como a necessidade de um trabalho para manter os custos da família apresenta uma quebra de conceitos, desde que este trabalho não afete as relações familiares.



Dentro deste contexto, fica claro que ainda existe a submissão das mulheres em relação aos companheiros, a partir do momento em que elas necessitam da aprovação das famílias para trabalhar. Além disso, a necessidade de melhorar as condições familiares é vista como mais importante pelos homens, além das mulheres saírem para fazer um trabalho que já lhes era incumbido dentro de casa, o de costurar.

A associação como forma de subsistência

A Associação de Costureiras e Artesãs do município de Laranjeiras (ACA) foi criada em 2005, a partir da Associação de comerciantes e moradores do povoado Pedra Branca que era composta em sua maioria por mulheres. O primeiro presidente da associação de moradores se afastou, fazendo com que as mulheres se unissem para criar uma associação somente para as costureiras e artesãs do município.

De acordo com Irene Santos de Jesus¹, atual presidenta da ACA, na época, a primeira presidenta da ACA reuniu aproximadamente 60 mulheres que deram início aos trabalhos como costureiras e artesãs, com o intuito de vender as peças e angariar fundos não só para melhorar as condições de trabalho na associação, como também aumentar a renda de suas famílias. A princípio a associação possuía somente as máquinas herdadas da associação de moradores do local, objetos como cadeiras, vasilhames de água e outros utensílios importantes, as integrantes traziam e levavam de suas casas todos os dias para poder costurar.

A atual presidenta afirmou que as costureiras começaram a trabalhar na associação com o fuxico², o que uma costureira sabia, passava para as outras e assim por diante, como forma de beneficiar igualmente a todas as integrantes da associação. Dois anos depois, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Sergipe, apresentou o curso de patchwork³ às costureiras, que se interessaram pela técnica e decidiram seguir adiante com o método, transformando-o numa das técnicas mais solicitadas pelos clientes da associação na hora de buscar pelos produtos vendidos pelas costureiras e artesãs.

Desde o início o Sebrae nos apóia, até hoje é quem nos apóia com cursos. Sempre tem uma consultora do Sebrae aqui para nos ajudar no

¹ Em entrevista à autora em 10 de janeiro de 2011.

² Modo de costurar tecidos em forma de pequenas trouxas.

³ De acordo com Limoeiro (2001), a palavra patchwork deriva do inglês, Patch (retalho) e Work (trabalho), e é uma técnica que utiliza retalhos de tecidos para transformá-los em um padrão ou forma específica.



aprimoramento da técnica, além disso, eles levam nossos produtos para fora do Estado, e para a Feira de Sergipe, fazendo com que a gente possa divulgar e expandir o nosso trabalho. Nós sempre buscamos apoio do município e do Estado, através da Secretaria do Trabalho e Pronese, que nos forneceu as primeiras máquinas. Nós também buscamos os editais, a exemplo da Petrobras, que nos apoiou num projeto que submetemos no ano retrasado, e ganhamos. Com o dinheiro, nós compramos novas máquinas e investimos em outros cursos. (Irene Santos de Jesus, em entrevista à autora deste trabalho em 10 de janeiro de 2011).

Com o apoio do Sebrae, e do Estado, por meio da procura por informações das próprias artesãs, as integrantes da associação, que atualmente constituem-se em 22 costureiras, procuram sempre se atualizar nos cursos e buscam uma forma de divulgar seus trabalhos, com o intuito de permanecerem com o local sempre aberto e funcionando, uma vez que, a associação é um meio de subsistência das mulheres que fazem parte do grupo.

Irene Santos de Jesus destacou algumas dificuldades que ainda são enfrentadas pelas costureiras como a falta de divulgação do trabalho da associação pelo poder público. Segundo a presidenta, como não há divulgação por parte dos meios de comunicação ou poder público, é muito difícil para as costureiras terem que produzir, buscar atualizações de cursos, navegar na internet em busca de mais projetos e editais para beneficiar a associação, pagar as contas do prédio, cuidar da família e ainda ter que separar parte do dinheiro para fazer a divulgação do material.

Nós temos as contas da associação e as nossas para pagar. O que nós fazemos não é um trabalho comercial, nós trabalhamos com peças específicas, feitas uma por uma sob a orientação dos clientes. Esse é um trabalho artesanal, por isso, dá mais trabalho, o preço é diferenciado, mas em compensação, as peças são únicas e com excelente qualidade de material. Como vamos dar conta de tudo isso, e ainda ter que nos preocupar em fazer divulgação na mídia? Todas nós costuramos e dependemos da nossa costura, não há na associação uma pessoa que cuide somente destes detalhes. Aqui, cada uma faz de tudo um pouco (Irene Santos de Jesus, em entrevista em 10 de janeiro de 2011).

De acordo com a presidenta, as relações entre as costureiras no ambiente de trabalho acontecem de maneira igualitária. Cada costureira vai para a associação e costura quantas peças puder e achar necessário, e ela mesma se encarrega de vender e procurar clientes para divulgar seus produtos. Após as vendas, parte do lucro de cada peça é destinada para pagar as contas da associação (água, energia, telefone e internet),



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e o resto pertence à costureira que produziu e vendeu a peça. As artesãs afirmam que essa é a forma mais justa e democrática para que não haja a sobrecarga de trabalho e a distribuição de renda injustamente entre as integrantes.

Em se tratando das relações familiares, as costureiras afirmam que as famílias apóiam o trabalho das mães e esposas. As integrantes da associação são de famílias de renda baixa, cujos maridos trabalham em roças, construções, entre outros serviços que exigem a força física. Elas, que antigamente exerciam somente a função de donas de casa, encontraram na costura uma forma de ajudar a pagar as contas da casa, melhorando um pouco a qualidade de vida de suas famílias.

Apesar das famílias apoiarem às costureiras, Irene afirma que eles apóiam porque o dinheiro que elas recebem ajuda a pagar as contas de casa, porém os filhos e maridos não as ajudam nos trabalhos. Ela afirma que as filhas das costureiras não se interessam em aprender o trabalho das mães e, portanto o apoio familiar é baseado na não restrição dos maridos para que elas trabalhem e na não interferência dos filhos nos trabalhos da associação de maneira que venha a atrapalhar a produção das peças e venda dos produtos.

A presidenta afirma que a ACA não trouxe benefícios somente para as mulheres que fazem parte da associação, mas também à comunidade local, a exemplo de mulheres que procuram as artesãs para aprender as técnicas, produzir e vender seus trabalhos, mesmo que sejam feitos em suas casas, “essas mulheres que não fazem parte da ACA, mas querem aprender e produzir, é uma forma de beneficiar seus familiares e consequentemente, beneficia também à comunidade”.

O próximo passo das artesãs é um projeto em parceria com a Petrobras que visa transformar a associação em uma escola, para que as costureiras além de gerar renda com seus produtos, gerem renda passando seus ensinamentos a outras pessoas que se interessem em trabalhar com costura e artesanato. O projeto está previsto para começar no segundo semestre de 2011, e as costureiras já estão se mobilizando para construir uma sala de aula ao lado do prédio da associação para ensinar aos interessados o trabalho que elas desenvolvem.

A partir da mobilização das artesãs e costureiras juntamente com outros artesãos e rendeiras do município de Laranjeiras fez com que a prefeitura da cidade criasse a Associação de artesãos de Laranjeiras, uma casa inaugurada em janeiro de 2011 e que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ficará permanentemente aberta para visitação e exposição do artesanato local. Diversos espaços são disponibilizados para os artesãos de Laranjeiras, e num desses espaços estão os produtos da ACA para venda. De acordo com Irene, a Associação dos Artesãos de Laranjeiras há muito vem sendo solicitada pelos que fazer a arte no município, e a concretização desse espaço é uma vitória para os artesãos que se uniram para fazer com que seus produtos fossem divulgados.

Pedra Branca é um local que é de difícil acesso. Ônibus não chega aqui, só para quem vem de carro mesmo. Então, quando a gente tem a oportunidade de ter um espaço dentro das cidades como é o caso da Feira de Sergipe, em Aracaju e da Associação, em Laranjeiras, a gente fica muito feliz porque sabemos que o nosso trabalho terá maior alcance. Mais pessoas terão acesso, e conhecerão a nossa arte, fazendo, consequentemente, com que mais pessoas comprem nossos produtos, gerando mais renda (Irene Santos de Jesus, em entrevista em 10 de janeiro de 2011)

Além desse espaço para venda e exposição, em Aracaju, existe desde 2004, o Centro de Arte e Cultura J. Inácio, espaço dedicado à exposição e comercialização dos produtos genuinamente sergipanos. Da mesma forma que a Associação de artesãos de Laranjeiras é vinculada ao poder público, o Centro de Arte e Cultura é vinculado à Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social, e foi criado a partir da mesma ânsia e persistência que os artesãos de Laranjeiras tiveram para que fosse construído o projeto da associação de artesãos no município.

3.1 Políticas Públicas em Sergipe

Segundo Rubim (2007) a ausência de políticas públicas culturais no Brasil é uma questão problemática desde a República. Mesmo com a implantação de regimes autoritários no país, que teve como consequência a criação de políticas públicas mais sistemáticas, como a criação de legislações para inúmeros setores culturais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), o Brasil ainda disponibiliza baixa porcentagem do orçamento da União para o setor cultural.

Prova disso, é a tardia criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, que por diversas vezes foi transformado em secretaria, ou integrado a outros ministérios, e teve alta rotatividade de dirigentes. Rubim (2007) afirma que a problemática instauração de um Ministério da Cultura no Brasil é a prova da instabilidade do setor no país. Para o autor, além da tardia implementação do MinC, a constante rotatividade de dirigentes, e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o orçamento destinado à cultura no país que prejudicam o desenvolvimento e fortalecimento da área cultural brasileira, outras questões assolam o setor cultural no país.

Outras variáveis devem ser consideradas para a maior institucionalidade do ministério e, por conseguinte, para a superação da tradição de instabilidade. Dentre elas, podem ser lembradas: a quantidade e a distribuição espacial dos seus equipamentos culturais; as dimensões quantitativa e qualitativa de seu corpo funcional e a existência ou não de políticas públicas e/ou de Estado (e não apenas de governo) que permitam a continuidade das ações do ministério. (RUBIM, 2007, p.06)

Partindo das considerações sobre o panorama nacional, o cenário sergipano também apresenta deficiências em relação às políticas públicas culturais voltadas ao setor de artesanato. Na atual gestão do Governo estadual, a responsabilidade e ações para os setores culturais são divididos em três secretarias de governo, a Secretaria de Estado da Cultura (Secult), responsável pelas políticas públicas voltadas para o teatro, dança, cultura popular, política do livro e leitura, e música; a Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social (Seides), responsável pela administração do Centro de Arte e Cultura J. Inácio, divulgação e desenvolvimento de oficinas direcionadas aos artistas sergipanos; e a Secretaria do Trabalho (Setrab), responsável pelo Programa de Artesanato do Estado. Para este artigo, foram utilizadas somente as informações da Seides e Setrab, pelo fato de as duas serem responsáveis pelas políticas públicas do artesanato no estado.

De acordo com a diretora do Centro de Arte e Cultura J. Inácio, Marta Amaral, a proposta da Seides com a criação do Centro foi a de divulgar o trabalho dos artistas sergipanos, de maneira geral, e proporcionar melhorias na apresentação e comercialização do produto, a exemplo da promoção de oficinas de padronização. O Centro foi criado em 2004, e localiza-se na Orla de Atalaia de Aracaju, que segundo a diretora é o ambiente ideal para a divulgação do trabalho do artista sergipano, pois agrega a maior parte da rede hoteleira da capital.

O Centro funciona como uma galeria, expondo nas vitrines as mais de 500 peças do artesanato sergipano. Para a seleção desse material, a diretora explicou que nos primeiros anos de funcionamento do Centro, foram estabelecidos critérios rígidos, transformando o local no centro de excelência do artesanato de Sergipe.



Todo artesão que expõe aqui tem que fazer parte do cadastro nacional, tem que ter a carteira de artesão, o material dele deve ser sergipano, deve ser produzido aqui e não comercializamos com intermediários, é o próprio artesão ou a associação que vem aqui e solicita a exposição do seu trabalho. O produto deve ter boa qualidade, e apresentação. Nós temos uma parceria com a associação de artesãos do centro de arte e cultura, que realiza toda a parte financeira, e é através dela que todo o dinheiro das vendas vai para a associação e eles redistribuem esse valor para o artesão. (Marta Amaral, em entrevista à autora deste trabalho, em 6 de maio de 2011)

Além do Centro de Cultura e Arte J. Inácio, o Governo do Estado também disponibiliza o Programa de Artesanato, por meio da Secretaria de Trabalho, que de acordo com a gerente geral de atividades do artesanato, Mônica Schneider⁴, tem como objetivo aplicar as políticas e atividades necessárias para o desenvolvimento produtivo e qualitativo, a toda cadeia produtiva de artesãos individuais, cooperativados ou associados, com metas estabelecidas pela Secretária.

O Programa desenvolve atividades como a participação em feiras de artesanato, e emissão de carteiras de artesãos. Em Sergipe, a gerente afirmou que atualmente 3100 artesãos individuais, e 30 associações vinculadas ao artesanato cadastradas, mas que ainda estão pouco estruturadas juridicamente. Em relação à ACA, a gerente afirmou que o Programa de Artesanato não desenvolve política pública que abranja essa categoria, pois, para este órgão, o trabalho desenvolvido por elas não é considerado artesanato.

Considerações finais

Diante das informações obtidas pela presidenta da Associação de costureiras e artesãs, e pelos órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas voltadas ao artesanato, percebe-se ainda a falta de políticas públicas voltadas ao setor cultural, especificamente ao setor do artesanato.

Em se tratando da ACA, por meio de editais nacionais e de empresas privadas ou estatais, as costureiras conseguem investir minimamente em sua produção, especialmente com as vendas locais em associações, ou na capital, a exemplo do Centro de Arte e Cultura. Porém, somente estes tipos de incentivo são destinados à associação, uma vez que, no Programa do artesanato desenvolvido pelo Estado, o trabalho das costureiras não é considerado artesanato.

⁴ Em entrevista à autora deste trabalho em 11 de maio de 2011.



Considerando artesão como o indivíduo que é dotado para as artes e que realiza o trabalho manualmente, segundo o Dicionário Luft da língua portuguesa, o trabalho da Associação de Costureiras e Artesãs, deveria estar encaixado dentro desta política pública estadual. Desta forma, a ACA, poderia receber instruções para estruturação jurídica, ampliando os benefícios e diminuindo os riscos de possível perda do local de trabalho.

Este trabalho buscou analisar de que forma a Associação de Costureiras e Artesãs de Laranjeiras foi estruturada, é mantida, e a relação destas costureiras com as suas famílias e, com poder público. Apesar de a ACA ter sido criada recentemente, as costureiras buscaram informações junto aos órgãos que desenvolvem programas de gerenciamento de empresas, para administrar o pequeno negócio que tem proporcionado benefícios para suas famílias e para a comunidade.

Com isso, a ACA se mantém com o apoio da comunidade, e as poucas oportunidades que são disponibilizadas pelo Governo do Estado, por conta da herança histórica e da precariedade e pouco investimento nas políticas públicas culturais realizadas pelo Governo Federal, e que, conseqüentemente, reflete no desenvolvimento das políticas públicas estaduais.

Referências

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997. PP. 75-108.

LUFT, Celso Pedro. Minidicionário Luft. São Paulo: Editora Ática, 1998. PP. 83-84.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988. PP.267-303

NADER, Maria Beatriz. O impacto do movimento feminista na (re)construção da identidade masculina. In: **As identidades no tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião**. Vitória: Edufes, 2006. PP. 117-133.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24. PP. 77-98

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Mulher e participação política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder. In: Ferreira (Org.). **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís, EDUFMA, Salvador, REDOR, 2001. PP. 123-144.

ROSANA, Patrícia. **O que é patchwork**. Disponível em:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

<http://www.pat.patches.nom.br/retalhos/manual/oquepatch.htm>

RUBIM, Albino. **Políticas Públicas no Brasil e na Bahia**. Disponível em:
http://www.cultura.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2010/Sistema/Artigo_Albino_Rubim.pdf

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 1995. Disponível em:

http://s3.amazonaws.com/files.posterous.com/musadesastrada/toXBpEzMR4ocbyWRR174eqvUfFBTx8Td8p1XgBIPD4hRvo0XScHHWTKLry99/Joan_Scott_Genero.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJFZAE65UYRT34AOQ&Expires=1306549132&Signature=ukTck227VHZhqQ6kYssqrZOYqpI%3D

Anexo I (roteiros de entrevistas)

Roteiro de perguntas para a gerente geral de atividades do artesanato da Secretaria de Estado do Trabalho de Sergipe, Mônica Mambrini Schneider

- 1- Quais são as atribuições da Setrab em relação às associações e cooperativas de artesãos e costureiras do estado?
- 2- Quais as políticas públicas e ações desenvolvidas, especificamente nos últimos quatro anos, que beneficiam essas associações?
- 3- Quantas associações tem o apoio do Governo do Estado e são registradas em Sergipe?
- 4- Quais são as atividades da Diretoria/Gerência de artesanato da Setrab?
- 5- A Setrab realiza parcerias com outras instituições e órgãos para beneficiar e divulgar o trabalho dos artesãos sergipanos?
- 6- Quais são as instituições parceiras da Secretaria?
- 7- Existe algum incentivo da Setrab para a criação de cooperativas e associações em Sergipe?
- 8- Como é realizado o trabalho de mapeamento dos grupos e registro? O que eles precisam fazer para obter esse registro?

Roteiro de perguntas para a diretora do Centro de Arte e Cultura J. Inácio, Marta Amaral



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- 1- Quando o Centro de Arte e Cultura foi criado?
- 2- Qual é a finalidade do Centro de Arte e Cultura?
- 3- Quais são os critérios para que os artesãos exponham suas peças?
- 4- Os artesãos pagam alguma taxa para expor as peças?

Roteiro de perguntas para a presidenta da Associação de Costureiras e Artesãs de Laranjeiras (ACA), Irene dos Santos:

- 1- Como surgiu a ideia de fundar uma associação de costureiras?
- 2- Desde quando vocês utilizam esta técnica para fazer as peças?
- 3- As suas famílias ajudam em alguma atividade na ACA?
- 4- Você já teve algum emprego antes de entrar para a associação?
- 5- Como é distribuída a renda obtida com as vendas? Vocês tem um salário fixo?
- 6- Alguma instituição apóia ou financia atividades da ACA?
- 7- Como vocês conseguiram os recursos para a construção do prédio, manutenção e obtenção das máquinas?
- 8- Qual a reação dos seus filhos e maridos ao perceberem que vocês não ficam mais em casa?
- 9- A renda da Associação beneficiou as famílias envolvidas com ela? E o povoado também é beneficiado?
- 10- Quais são os projetos em desenvolvimento e os projetos futuros da ACA?

Anexo II





» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Associação de Costureiras e Artesãs de Pedra Branca (ACA) - Foto tirada em 29 de abril de 2011 pela autora deste trabalho



A presidenta da ACA, Irene Santos de Jesus- Foto tirada em 29 de abril de 2011 pela autora deste trabalho